REFORMA TRABALHISTA: IMPACTOS IMEDIATOS SOBRE OS SINDICATOS E PRIMEIRAS REAÇÕES

Labor reform: immediate impacts on unions and first reactions

Roberto Véras de Oliveira (UFPB)
Andreia Galvão (UNICAMP)
Anderson Campos (UNICAMP/PT)

Informações do artigo

Recebido em 24/08/2019

Aceito em 02/10/2019

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n248.p668-689>

Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Como ser citado (modelo ABNT)

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GALVÃO, Andreia; CAMPOS, Anderson. Reforma trabalhista: impactos imediatos sobre os sindicatos e primeiras reações. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador, n. 248, set./dez., p. 668-689, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2019.n248.p668-689>

Resumo

A ausência de nitidez sobre uma estratégia sindical que enfrente as mudanças profundas no mercado de trabalho e na sociedade coloca-se como limitação preponderante nas respostas sindicais à ofensiva liberal-conservadora em curso no Brasil. Com isso, as respostas *ad hoc* prevalecem, restringindo as iniciativas à busca da preservação das estruturas das entidades, sem qualquer ênfase sobre a necessidade de repensar a representatividade e o papel do movimento sindical na sociedade. Este artigo discute as respostas do sindicalismo brasileiro frente aos impactos da Reforma Trabalhista aprovada em 2017. Partimos dos dados da pesquisa desenvolvida pela Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista – REMIR, realizada por meio de entrevistas com dirigentes sindicais no segundo semestre de 2018, para destacar alguns temas que poderiam conformar uma estratégia sindical de enfrentamento aos desafios impostos pelas mudanças no mundo do trabalho. O trabalho está dividido em três seções. Na primeira, discutimos os impactos da Reforma Trabalhista sobre o sindicalismo, no que diz respeito à representação, à organização e à sustentação financeira. Na segunda seção, analisamos as respostas sindicais para a resistência à Reforma, observando limites econômicos e políticos. Por fim, apresentamos reflexões sobre o processo de transição da organização sindical a partir das tendências já visíveis.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Sindicalismo. Negociação Coletiva. Ação sindical.

Abstract

The lack of clarity about a trade union strategy that faces profound changes in the labor market and society is a major constraint in trade union responses to the ongoing liberal-conservative offensive in Brazil. Thus, *ad hoc* responses prevail, restricting initiatives to the preservation of the structures of entities, without any emphasis on the need to rethink the representativeness and role of the trade union movement in society. This article discusses the responses of Brazilian trade unionism to the impacts of the Labor Reform approved in 2017. We start from data from research conducted by the Interdisciplinary Labor Reform Studies and Monitoring Network – REMIR, conducted through interviews with union leaders in the second half of 2018, to highlight some themes that could shape a trade union strategy to face the challenges posed by changes in the world of work. The work is divided into three sections. In the first, we discuss the impacts of the Labor Reform on unionism, as regards representation, organization and financial support. In the second section, we look at trade union responses to resistance to Reform, looking at economic and political boundaries. Finally, we present reflections on the process of transition of union organization from the already visible trends.

Keywords: Labor reform. Unionism. Collective bargaining. Union action.

Introdução

O presente artigo tem como propósito principal analisar as primeiras repercussões da Reforma Trabalhista aprovada em 2017 sobre o sindicalismo brasileiro, assim como as estratégias por este utilizadas para enfrentá-la. Não é exagero dizer que a Lei 13.467/2017 alterou os fundamentos da regulação das relações de trabalho no Brasil, lançados a partir dos anos 1940. As pressões “modernizantes”, inspiradas nas políticas de corte neoliberal e que vêm repercutindo no país desde os anos 1990, ganharam novos impulsos mais recentemente, com a aprovação da Reforma e outras medidas de mesma natureza (KREIN, GIMENEZ e SANTOS, 2018; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2018). Uma dimensão, dentre as mais relevantes, de suas repercussões diz respeito ao tema do sindicalismo, foco deste artigo.

Os dados aqui apresentados são de caráter inicial, tendo resultado de pesquisa exploratória realizada no âmbito da Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista – REMIR¹, com o fim de identificar as implicações imediatas da Reforma Trabalhista sobre os sindicatos brasileiros, assim como as primeiras reações destes frente a tais implicações. A pesquisa foi desenvolvida por meio de entrevistas com dirigentes sindicais, procurando destacar as principais repercussões e as primeiras estratégias sindicais. O questionário compreendeu 40 questões, distribuídas em 5 blocos: identificação do sindicato, organização sindical, posição político-ideológica, negociação coletiva e estratégias sindicais.

A amostra não se baseou em critério estatístico, não cabendo, portanto, proceder a partir dos seus resultados a generalizações estatisticamente precisas. Contudo, buscou ser o mais ampla possível e expressiva da diversidade de situações presentes no universo sindical brasileiro, isto é, filiados a diferentes centrais sindicais, abrangendo diversas regiões do Brasil e representando trabalhadores de vários setores de atividade (indo do privado ao público, do rural ao urbano, da indústria aos serviços).

Foram realizadas 94 entrevistas, entre setembro e novembro de 2018. O presente artigo, contudo, limitou-se à análise de 79 entrevistas. Os sindicatos contemplados envolvem pelo menos 30 cidades², 11 Estados e o Distrito Federal, com maiores concentração no

¹ Tendo contado com a colaboração de dezenas de pesquisadores de todas as regiões do país.

² Sendo que cerca de 50% dos sindicatos é intermunicipal, isto é, abrange mais de um município.

Nordeste (43%), Sudeste (32%) e Sul (23%). Em relação aos setores de atividade, predominaram os serviços (57%), seguido da indústria (27%), comércio (11%) e agricultura (5%). Em conjunto, tais sindicatos representam (oficialmente) cerca de 2,5 milhões de trabalhadores na base, contando com cerca de 690 mil filiados. Na média, perfazem uma taxa de sindicalização de 27%, superior à média nacional (de 18%, segundo a PNAD de 2015). 17% dos sindicatos não são filiados a nenhuma central sindical, 47% são filiados à CUT, 10% à Força Sindical, 9% à CTB, 7% à Conlutas, 6% à UGT e os demais à Intersindical, CSB e Nova Central Sindical, com 1% cada.

Passado um ano de vigência da Reforma Trabalhista, ao que se depreende da consulta, entre os mais importantes impactos produzidos sobre o sindicalismo se destaca o tema da sua sustentação financeira. A ausência, por outro lado, de uma estratégia sindical orientada a enfrentar as mudanças profundas nas relações de trabalho e na sociedade coloca-se como limitação preponderante nas respostas sindicais à ofensiva liberal-conservadora em curso no Brasil. Com isso, as respostas *ad hoc* prevalecem, restringindo as iniciativas à busca da preservação das estruturas das entidades, sem qualquer ênfase sobre a necessidade de se repensar sua representatividade junto aos trabalhadores e o seu papel junto à sociedade.

O texto está organizando em três seções, além desta introdução. Na primeira, discutimos os impactos da Reforma Trabalhista sobre o sindicalismo, no que diz respeito à representação, à organização e à sustentação financeira. Na segunda seção, analisamos as respostas sindicais para a resistência à Reforma, observando limites econômicos e políticos. Por fim, apresentamos reflexões sobre o processo de transição da organização sindical a partir das tendências já visíveis.

A reforma trabalhista em um contexto de ataque ao sindicalismo

Análises preliminares indicaram que a Reforma Trabalhista aprofunda o processo de deterioração do mercado de trabalho e fragiliza as instituições públicas do trabalho, a exemplo da Justiça do Trabalho e das entidades sindicais. A disseminação de uma gama diversa de tipos de contratos precários afeta a base de representação dos sindicatos, historicamente ancorada nos assalariados formalizados, aumentando o percentual de

trabalhadores não filiados a sindicatos e não cobertos por convenções e acordos coletivos³. Desse modo, ela promove a fragmentação da classe trabalhadora e a pulverização da representação dos sindicatos, pois a legislação sindical brasileira estabelece que os trabalhadores contratados de modo diferente pertencem a categorias profissionais distintas, ainda que exerçam a mesma atividade e atuem no mesmo local de trabalho (GALVÃO *et al.*, 2017; DIEESE, 2017).

Outros aspectos da Reforma impactaram negativamente os sindicatos. A prevalência do negociado sobre o legislado e a inversão da hierarquia dos instrumentos normativos esvaziam o papel do sindicato na negociação coletiva. A negociação no local de trabalho por intermédio de comissão de representantes dos trabalhadores, a possibilidade de negociação individual no caso de trabalhadores com salários duas vezes superiores ao teto da previdência e a homologação da rescisão contratual sem a participação do sindicato concorrem para a descentralização da negociação e promovem a transferência para a empresa, ou, até mesmo, para o trabalhador individual, de tarefas antes exercidas pelos sindicatos. Embora a Reforma não tenha alterado a redação do artigo 7º da Constituição Federal, ela possibilita a negociação da aplicação daqueles direitos cujo conteúdo é especificado apenas em normas infraconstitucionais, como a forma de gozo das férias, o percentual do FGTS, a remuneração do trabalho noturno, entre outros. Em um contexto marcado pela ofensiva neoliberal, de um lado, e por um mercado de trabalho desfavorável, de outro, é possível que grande parte dos sindicatos negocie acordos rebaixados, consagrando, assim, a perda de direitos definidos em lei. Por fim, ao tornar a contribuição sindical facultativa, a Reforma ameaça a sobrevivência das entidades sindicais.

A pesquisa confirma que o principal impacto estrutural sobre a organização sindical ocorreu no tema da sustentação financeira. No primeiro ano de vigência da Reforma, são ainda baixos os impactos diretos desta sobre a representação e a organização sindical.

³ Pesquisa recente destaca as diferenças na remuneração dos assalariados sindicalizados e não sindicalizados. Tendo por base os dados da PNAD, Gambier e Moura (2017) constatam que a remuneração direta dos trabalhadores celetistas sindicalizados era 33,5% superior à dos não sindicalizados em setembro de 2015. Essa defasagem também é observada na remuneração indireta, isto é, relativa ao acesso a benefícios, como auxílio alimentação, transporte e saúde.

Organização e representação sindical

No que se refere aos aspectos organizativos, o gráfico 1 indica que a maior parte dos entrevistados (39%) mencionou que não houve alteração no número de filiados em sua base após a implementação da Reforma, 23% revelou que houve redução no número de filiados e 22% que houve alteração, não sendo, porém, possível precisar sua causa, se à Reforma ou ao aumento do desemprego, da informalidade e da precarização decorrentes da queda de atividade econômica verificada desde 2015. Por fim, 16% perceberam aumento no número de filiados após a Reforma entrar em vigor, o que pode estar relacionado ao reforço das campanhas de sindicalização, uma das estratégias adotadas para compensar a perda de receita ocasionada pelo fim do imposto sindical, como veremos adiante.

Gráfico 1 - Número de filiados após a Reforma

Fonte: Pesquisa Sindical REMIR

A Reforma Trabalhista expressa a estratégia empresarial de ajustar seus lucros preferencialmente pela via da redução dos custos com o trabalho. As mudanças nas formas contratuais (terceirização, pessoa jurídica, microempreendedor individual, autônomo em uma relação de emprego disfarçada) precederam, contudo, a sua implantação. Quando a nova lei entrou em vigor, encontrou sindicatos mais fragilizados para resistir, diante de trabalhadores mais inseguros e menos dispostos à luta coletiva. Tudo isso concorre para deteriorar o poder de negociação dos trabalhadores, sobretudo nos setores caracterizados por uma maior precariedade, isto é, aqueles em que os salários e o nível de qualificação dos trabalhadores tendem a ser mais baixos, a rotatividade mais elevada e em que a incidência da terceirização é mais frequente, como operadores de telemarketing, motoboys, motoristas, trabalhadores de limpeza, segurança e construção civil (GALVÃO; TEIXEIRA, 2018).

Uma das novidades introduzidas pela Reforma foi a possibilidade de criação de comissões de representação dos empregados nas empresas, sem a mediação dos sindicatos e em concorrência com eles. Nesse sentido, ao contrário do que propugnavam os defensores da Reforma, a descentralização da negociação, ao invés de valorizar, tem concorrido para o enfraquecimento do sindicato. No entanto, ao que tudo indica, esse instrumento não obteve êxito no primeiro ano de vigência da Reforma Trabalhista. Como se observa no gráfico 2, um percentual muito pequeno dos entrevistados (9%) respondeu que foi criada alguma comissão de representação dos empregados nas empresas após a implementação da Reforma. Alguns poucos entrevistados relataram tentativas patronais de criartais comissões, logo rechaçadas pelos sindicatos. Outros relataram a estratégia sindical de adiantar-se à iniciativa patronal e incluírem nas convenções e acordos coletivos a rejeição à sua criação.

Gráfico 2 - Criação de comissão de representação dos empregados nas empresas após a implementação da reforma

Fonte: Pesquisa Sindical REMIR

É possível que a fragilização dos sindicatos, pelas razões anteriormente apontadas, tenha tornado a criação das comissões de empregados nos locais de trabalho pouco atrativa para as empresas. A baixa organização no local de trabalho é uma característica da organização sindical brasileira e a Reforma, até o presente momento, não produziu nenhuma alteração nesse aspecto.

Sustentação financeira

No que se refere ao tema do financiamento, o imposto sindical, tornado facultativo, perdeu expressão como fonte de arrecadação e a mensalidade e a taxa negocial se tornaram as principais formas de sustentação financeira dos sindicatos após a Reforma. Quando

perguntados sobre a importância de cada uma das fontes de financiamento em seu orçamento (imposto sindical, taxa negocial, contribuição confederativa, mensalidade e outras), o imposto sindical deixou de figurar como principal fonte em 86% dos casos em que fora mencionado anteriormente. A mensalidade ganhou importância como primeira fonte em 40% dos casos e a taxa negocial, como segunda, em 35%, como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3 - Posição das principais formas de sustentação financeira dos sindicatos antes e após a reforma (hierarquizadas pelos entrevistados em 1º e 2º lugar)

Fonte: Pesquisa Sindical REMIR

Apesar dos dados não serem estatisticamente precisos, um percentual muito pequeno dos sindicatos investigados em nossa pesquisa disse manter o recolhimento do imposto, e seus dirigentes sustentam que esta fonte de financiamento possui um peso residual no orçamento de suas entidades. Embora organizações sindicais tenham ingressado com 19 ações no STF contra o caráter facultativo do imposto e apesar de reconhecer o peso do imposto nas finanças de muitos sindicatos, a maioria dos entrevistados afirmou não ter tomado qualquer iniciativa para assegurar a manutenção do imposto e declarou não querer o imposto de volta. Os dados levantados indicam uma redução significativa do peso do imposto sindical no orçamento dos sindicatos e sua substituição pela mensalidade e pela taxa negocial, consideradas mais democráticas e controláveis pelo sindicato, já que é este quem define seus valores e acompanha diretamente seus repasses. A primeira, porém, requer a ampliação do quadro de associados. A segunda, depende da inclusão em acordos e convenções coletivas mediante a aprovação da assembleia. A taxa negocial está sendo

introduzida pela primeira vez em algumas categorias via negociação coletiva⁴. Embora o STF tenha adotado a resolução de que o desconto, além de aprovado em assembleia, só poderá incidir sobre os associados, cláusulas relativas ao desconto para toda a categoria estão figurando nos instrumentos coletivos, com direito à oposição individual e ressalvas explícitas de que a entidade de representação dos trabalhadores assume toda a responsabilidade em caso de ações de denúncia questionando a decisão⁵.

De todo modo, observa-se uma mudança na forma de financiamento das entidades, com maior dependência da negociação coletiva, por meio da taxa negocial e/ou outras formas de taxação por acordos coletivos. Tem sido cada vez mais frequente condicionar acordos de banco de horas e participação nos lucros ou resultados a uma taxa cobrada individualmente. Verifica-se também, embora com menor expressão, a ampliação de serviços prestados à categoria como forma de atrair novos sócios e diversificar as fontes de receita. É necessário observar se o tamanho do sindicato, o setor de atividade econômica no qual se encontra inserido e a central sindical à qual está filiado impacta sua capacidade de se sustentar financeiramente e de que maneira esse impacto se dá. Historicamente, as entidades menores, com menor poder de negociação e pulverizadas, tendem a ser mais dependentes do imposto sindical. Desse modo, é plausível supor que as entidades mais estruturadas e com maior poder de negociação serão mais bem-sucedidas na substituição do imposto sindical pela mensalidade e pela taxa negocial, mas não há qualquer garantia e/ou evidências de que isso será efetivado.

⁴ Levantamento feito pelo Salariômetro (Fipe) com base nos dados do Mediador mostra que “A contribuição para sindicatos de trabalhadores foi o terceiro item mais frequente nas negociações” ao longo de 2018, estando presente em 49,8% dos acordos e convenções daquele ano (Boletim Salariômetro, janeiro de 2019). Quando observamos cada uma das contribuições isoladamente, é possível constatar que a taxa negocial foi a forma de contribuição mais negociada nos acordos e convenções celebrados em 2018: 38,2% das negociações introduziram a taxa negocial, 25,0% a contribuição assistencial, 3,6% a contribuição confederativa, 6,4% o imposto sindical, 4,4% a cobrança por serviços e 3,7% outras contribuições, sendo que um mesmo instrumento pode ter aprovado mais de uma dessas formas de contribuição.

⁵ Em 2017, o STF confirmou o Precedente normativo 119 do TST, de 2014, que restringia a contribuição assistencial aos associados. Tendo em vista a nova realidade normativa pós-Reforma, o MPT manifestou-se de modo distinto alegando que a mudança nas condições financeiras demanda um outro entendimento, para assegurar a sobrevivência das organizações sindicais (ver Nota Técnica n. 2, 2018). A MP 873/2019, porém, limitou a cobrança de quaisquer contribuições aos sindicalizados, definindo também que o direito de oposição deve ser exercido de modo individual, e não votado em assembleia, além de impedir o desconto das contribuições em folha de pagamento.

As respostas sindicais conformam uma estratégia de enfrentamento?

Quando perguntados sobre a posição do sindicato a respeito da Reforma Trabalhista, a esmagadora maioria dos 79 respondentes (94,9%) se colocou contra, sendo que apenas 2,5% do total avaliaram que havia, mesmo assim, alguns pontos positivos, enquanto 92,4% se colocaram em defesa de sua revogação completa. Chama a atenção o fato de que, mesmo se tratando de sindicatos filiados a diversas centrais sindicais, situados em todas as regiões do país e representando diferentes categorias profissionais, a posição contra a Reforma foi praticamente unânime.

Gráfico 4 - Posição em relação à reforma trabalhista

Fonte: Pesquisa Sindical REMIR

Entretanto, quando perguntados sobre a existência de algum aspecto positivo na Reforma, um percentual um pouco maior (10,1%) dos 79 entrevistados respondeu afirmativamente. Três deles apontaram a prevalência do negociado sobre o legislado como uma forma de fortalecer o sindicato. Isso indica que alguns dirigentes apostam em sua capacidade de negociação para melhorar o que a lei estabelece, o que pode expressar sua adesão à tese da “modernização” da legislação trabalhista. Porém, como veremos adiante, essa é uma questão controversa. O fim do imposto também é destacado como algo positivo porque combate o paternalismo e obriga o dirigente sindical a “sair do comodismo”. Mas esse também é um tema polêmico, sobre o qual voltaremos ao final deste artigo.

Gráfico 5 - Identificação de algum aspecto positivo na Reforma Trabalhista

Fonte: Pesquisa Sindical REMIR

Do mesmo modo, foi perguntado se o sindicato identificava algum aspecto negativo na Reforma, ao que 100% dos entrevistados responderam que sim. A Reforma em si foi considerada uma medida negativa, sendo que alguns destacaram aspectos mais gerais, como a precarização do trabalho e a perda de direitos, e outros indicaram aqueles que mais impactam sua atuação, como a homologação por fora do sindicato.

A prevalência do negociado sobre o legislado é uma das principais medidas advogadas pelos defensores da “modernização” da legislação trabalhista e constitui um dos pilares de uma concepção neoliberal das relações de trabalho (GALVÃO, 2007; KREIN, 2013). Devido às controvérsias que essa medida suscita, os entrevistados foram questionados sobre sua posição a respeito. A maior parte se manifestou contrariamente (72%). Entretanto, na mesma direção daqueles que anteriormente identificaram pontos positivos na Reforma, 14% admitiram essa possibilidade, a depender do tema, e 9% se declararam a favor (gráfico 6).

Gráfico 6 - Posição sobre a prevalência do negociado sobre o legislado

Fonte: Pesquisa Sindical REMIR

Os contrários à medida a identificam com o enfraquecimento do sindicato e temem a possibilidade de que prevaleça um conjunto de direitos abaixo do patamar assegurado pela

lei. Os favoráveis acreditam que a medida dá ao sindicato a oportunidade de melhorar aquilo em que a lei é ruim, levando ao fortalecimento da entidade. Estes últimos desconsideram o fato de que a legislação vigente anteriormente à Reforma já permitia a negociação de norma mais favorável à lei, de modo que a prevalência do negociado significa, na prática, a possibilidade da negociação derogar o que a lei garante, impondo perdas aos trabalhadores. Por fim, entre os que consideram que depende do tema, alguns entendem que deve haver um conjunto de direitos inegociáveis e que a possibilidade de a negociação melhorar a lei está condicionada à força do sindicato.

Em que medida a posição preponderantemente contrária à Reforma se traduziu em uma ação efetiva dos sindicatos consultados junto a sua base, em contrário à sua aprovação? A maioria absoluta dos entrevistados (96,2%) revelou que o sindicato buscou informar e discutir a Reforma com os trabalhadores antes de sua aprovação. Entre os instrumentos citados prevaleceram o meio impresso e digital, o uso de redes sociais e reuniões presenciais. Durante a tramitação da Reforma, cerca de 25% dos sindicatos manteve a prática de discussão com a base como principal estratégia. Menos de 20% disse ter adotado formas de ação que envolviam um maior nível de confronto, como participação em mobilizações e greves. Ao que tudo indica, a reação sindical ficou muito aquém da gravidade das medidas que estavam sendo debate e que ao final foram aprovadas.

O bloco de perguntas sobre posicionamento político-ideológico foi encerrado com uma questão sobre as dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical para barrar a aprovação da Reforma. Foram mencionadas razões de ordem política (66%), como a crise, o *impeachment*, a ausência de representação dos trabalhadores no Parlamento, a atuação da mídia em favor da Reforma. A estas acrescentaram razões relacionadas mais diretamente à política sindical - como a aposta de parte do movimento sindical na negociação de uma medida provisória como o então Governo Temer -, a persistência do corporativismo sindical, o peleguismo, a crescente distância das direções em relação às bases. Foram citadas, ainda, razões caracterizadas pelos entrevistados como organizativas (25%), tais como: falta de direção, falta de capacidade de mobilizar os trabalhadores, ausência de entendimento entre as centrais sindicais, divisão entre as centrais sobre a Reforma, uma vez que, enquanto algumas optaram por negociar com o governo, outras buscaram organizar greves gerais. Por último, foram elencadas razões materiais (9%).

Gráfico 7 - Dificuldades enfrentadas pelo movimento sindical para barrar a Reforma

Fonte: Pesquisa Sindical REMIR

O que se nota no conjunto dessas respostas é que não se mostrou claro o diagnóstico sobre a ordem de dificuldades enfrentadas pelo sindicalismo diante do desafio de enfrentar a aprovação da Reforma. Mesmo sob a referência majoritária a razões “políticas”, foram elencadas motivos tão diversos como os relacionados ao contexto político mais geral e outros de caráter mais interno como a persistência da cultura sindical corporativista. Provavelmente, a dificuldade em produzir um diagnóstico preciso sobre as razões dessa derrota política tem a ver com uma incapacidade mais geral do movimento sindical em definir um diagnóstico mais consistente e mais comum sobre sua condição atual, desafios e possibilidades.

O impacto sobre as negociações coletivas

No que se refere à negociação coletiva, há evidências de que se tornaram um campo mais adverso à defesa dos direitos dos trabalhadores. Menos de 10% dos sindicalistas entrevistados afirmaram não sofrer pressões adicionais para firmar convenções e acordos coletivos com condições menos favoráveis para os trabalhadores. Em contrapartida a grande maioria dos entrevistados sustentou que houve alteração, para pior, nas condições de negociação, o que contraria o argumento de que a Reforma viria para fortalecer as negociações. De modo geral, prevaleceu a avaliação de que os sindicatos passaram a sofrer maior pressão patronal para aceitar a flexibilização de direitos no processo de negociação e têm menos dinheiro para a realização de suas atividades.

Segundo os entrevistados, a pressão patronal está ocorrendo mais sobre as convenções coletivas do que sobre os acordos coletivos. Isso poderia representar uma

tentativa de esvaziamento da convenção, que constitui uma forma de regulação mais geral, evidenciando a preferência patronal pela negociação mais descentralizada. No entanto, os dados do Mediador mostram que houve uma queda mais acentuada dos acordos, o que contraria o objetivo da Reforma de descentralizar as negociações⁶. Ressalte-se que, em ambos os casos, houve redução no número de negociações. Conforme os dados da pesquisa, os sindicatos têm resistido a negociar as alterações introduzidas pela Reforma, seja via acordos por empresa, seja via acordos individuais: 62% disse não ter realizado acordo por empresa para negociar pontos da Reforma; 66% alegou não ter realizado acordo por empresa para negociar banco de horas e 76% afirma não ter realizado acordos individuais para tratar das alterações introduzidas pela nova lei.

Nossa hipótese é que, em um contexto assim, mais desfavorável, os sindicatos se tornaram mais cautelosos no processo de negociação, o que levou ao impasse nas negociações: de um lado, os sindicatos, mesmo os pequenos e com menos tradição de luta, resistem a introduzir as medidas que consideram mais prejudiciais aos trabalhadores; de outro, buscam preservar as cláusulas anteriormente pactuadas e introduzir salvaguardas (por exemplo, a manutenção das prerrogativas sindicais, como a homologação com participação dos sindicatos, a introdução da taxa negocial para compensar as perdas financeiras⁷).

A preservação das cláusulas existentes nos instrumentos normativos requer capacidade de organização e resistência política. Seja devido à resistência, à cautela, ou à própria crise econômica, que não possibilita uma significativa recuperação do nível de emprego, várias das mudanças introduzidas pela Reforma foram pouco negociadas em seu primeiro ano de vigência. Por outro lado, apesar de, em sua maioria, defenderem a sua revogação completa, antes mesmo de sua implementação os sindicatos já negociavam o que não estava na lei, promovendo uma flexibilização na prática (GALVÃO; TEIXEIRA, 2018). O fato de a lei legalizar práticas já existentes no mercado de trabalho ajuda a entender a ausência de mudanças mais substantivas na negociação, ao menos nesse momento inicial.

⁶ Os acordos caíram de 41.008 em 2017 para 30.282 em 2018, uma redução de 26,2%. As convenções sofreram uma queda de 23,7%, passando de 5.515 para 4.204 no mesmo período.

⁷ Tema que, segundo os entrevistados, enfrenta a oposição patronal. Porém, como revelam os dados do Salariômetro supramencionados, tem sido introduzido em cerca de 1/3 das negociações. Os dados também indicam que, em alguns poucos casos, o pagamento das contribuições tem sido assumido pelas empresas. Embora o percentual seja pequeno, isso nos parece digno de nota. Ver: <http://salariometro.fipe.org.br/negociacao-coletiva/contribuicoes-profissionais/associativa>

Outros aspectos que contribuem para a baixa incidência de mudanças mais profundas na negociação dizem respeito ao caráter autoritário da gestão patronal no Brasil e ao baixo custo da ilegalidade. Tradicionalmente, as empresas buscam retirar ou descumprir direitos. Para a maioria dos entrevistados, não aumentou o nível de descumprimento das cláusulas inscritas nas convenções e acordos coletivos. No entanto, 25% assinalaram que pós-Reforma há um crescimento do desrespeito aos itens constantes nos instrumentos coletivos assinados pela entidade sindical. Os mais frequentes casos de desrespeito aparecem na homologação, no cumprimento da jornada, na terceirização e no corte do vale refeição. Além disso, a Reforma amplia as possibilidades de perdas, ao tornar legal o que anteriormente era ilegal. Quando o sindicato resiste a negociar, formas de flexibilização são implantadas unilateralmente pelas empresas. Foi o que avaliaram 54% dos entrevistados, referindo-se ao contexto pós-Reforma.

Em relação ao conteúdo das negociações, nossos entrevistados corroboraram a avaliação do Dieese, fundada no dados do Mediador, de que o tema da jornada é o que aparece de forma mais recorrente nas convenções coletivas, tanto antes quanto após a Reforma, com destaque para: compensação da jornada horária; banco de horas; jornada 12 por 36; fracionamento ou redução do intervalo intrajornada (DIEESE/CUT, 2018). Outras cláusulas mencionadas dizem respeito à terceirização⁸, parcelamento de PLR e parcelamento de férias. As formas de contratação precárias ainda aparecem pouco, talvez porque o mercado de trabalho brasileiro já é bastante flexível e com grande incidência de trabalho informal. Diante dessa característica estrutural, o ajuste tende a ser feito sobre o uso do tempo de trabalho.

Uma situação mais desfavorável nas negociações levou as entidades a estabelecerem estratégias complementares para evitar maiores perdas nos instrumentos normativos coletivos. As estratégias passaram, fundamentalmente, por informar e mobilizar a categoria (60% das respostas). Mas, não é desprezível o número de entidades que recorreu às

⁸ Esse é um ponto que requer mais investigação: anteriormente à Reforma, as menções à terceirização nos instrumentos normativos eram feitas com o intuito de coibir essa modalidade de contratação. Após a Reforma, esse ponto deixou de estar presente em várias convenções nas quais a regulamentação era feita de modo restritivo. Como a Reforma liberou a terceirização para qualquer tipo de atividade, é possível que essa cláusula tenha sido eliminada não para impedir a prática, mas para ser negociada via acordos de empresa.

instituições públicas para evitar perdas (28%), especialmente à Justiça do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho.

A redução do número de homologações das rescisões contratuais pode ser contabilizado como um impacto direto da Reforma, que fragilizou a capacidade das entidades sindicais de acompanharem o cumprimento dos direitos trabalhistas. A queda das homologações afeta a principal demanda reclamatória trabalhista, qual seja, a cobrança de verbas rescisórias. Desse modo, observa-se, também, uma expressiva queda nas ações trabalhistas, apresentada por 59% dos entrevistados, o que coincide com os dados da Justiça do Trabalho (o Tribunal Superior do Trabalho informou uma queda de 40% no número de processos trabalhistas nos seis primeiros meses da Reforma). Esse dado está relacionado às custas de sucumbência, mas não significa que o sindicato tenha deixado de representar os trabalhadores de sua base junto à Justiça. Nota-se, antes, uma tendência de mudança na forma de acionar a Justiça, mediante a substituição de ações individuais por ações coletivas.

A questão da quitação anual das obrigações trabalhistas aparece, no primeiro ano, em 13% das respostas, o que indica que não é uma prática majoritária, mas que começa a ser implementada, pois é uma questão totalmente nova introduzida pela Reforma. É importante continuar observando se essa prática crescerá no decorrer do tempo.

Resistência no imediato

Por fim, é possível observar que os sindicatos têm procurado desenvolver formas de resistir, para se adequar ao novo contexto. São iniciativas tanto políticas, quanto organizativas e estão destacadas no gráfico 8.

Gráfico 8 - Estratégias sindicais citadas para enfrentar a Reforma

Fonte: Pesquisa Sindical REMIR

Todavia, não há, na fala dos entrevistados, uma definição muito clara sobre o que seria uma estratégia sindical. Por vezes, confundem iniciativas políticas, organizativas ou burocráticas. O que se destaca é a importância dada à necessidade de adequação à nova realidade financeira. Quando instados a mencionar mudanças organizativas, os entrevistados se referem à redução de custos, mostrando preocupação com a questão dos recursos materiais. Nesse quesito, apontam as seguintes medidas: reestruturação dos serviços oferecidos pelo sindicato, demissão de funcionários⁹, redução de patrimônio, fechamento de subsedes¹⁰ e redução de visitas em locais de trabalho. Alguns entrevistados, porém, destacam a necessidade de aumentar os serviços prestados ao invés de reduzi-los, como forma de atrair novos sócios.

A campanha de sindicalização se destaca entre as principais medidas adotadas para compensar a perda de arrecadação (tabela 1). A segunda iniciativa mais importante é a adoção da taxa negocial ou associativa, o que, como já mencionamos, depende da

⁹ O Caged indica redução de vínculos de emprego em entidades sindicais laborais em todos os meses, desde abril de 2017 (DIEESE, 2018). Por sua vez, os entrevistados mencionaram uma ligeira queda no número de diretores, da ordem de 6%, e uma queda um pouco mais acentuada no número de dirigentes "liberados" (licenciados do local de trabalho ficando disponíveis para o sindicato) após a Reforma, de 13%.

¹⁰ A venda de sedes de centrais e o fechamento de subsedes foi anunciada pela imprensa. Ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/03/05/sindicatos-perdem-go-da-contribuicao-sindical-no-1-ano-da-reforma-trabalhista.htm>

concordância patronal para ser incluída na convenção coletiva. A cobrança de certos serviços para compensar perdas financeiras é, também, uma tendência que começa a ser observada.

Tabela 1 - Principais iniciativas citadas pelos sindicatos para compensar a perda de arrecadação financeira (em números absolutos)

Iniciativa	Respostas
Medidas judiciais	11
Outros	19
Inclusão de taxa de negociação na convenção	29
Campanha de sindicalização	59

Fonte: pesquisa sindical REMIR (Respostas múltiplas)

Alguns sindicatos defendem que os instrumentos normativos sejam válidos somente para os associados, como forma de evitar a lógica da carona (OLSON, 2011)¹¹. Porém, ainda é cedo para dizer que esta é uma tendência. De um lado, essa perspectiva não favorece a solidariedade e a politização. Pelo contrário, ela reforça o individualismo, jogando contra um dos principais sentidos da organização sindical: a defesa de interesses coletivos. De outro lado, a não extensão dos acordos é contraproducente, pois desorganiza as empresas que podem, no limite, demitir todos os sindicalizados. Assim, ao invés de estimular a sindicalização, essa medida pode ir contra tal objetivo.

Há outras inovações organizativas no horizonte, tais como o compartilhamento de estruturas e a fusão de entidades¹². Essas medidas, se adotadas, podem fortalecer os sindicatos, produzindo um efeito diverso do imaginado pelos formuladores da Reforma. A representação dos terceirizados pelo sindicato da categoria preponderante também é um ponto a ser enfrentado, mas isso requer a implosão da noção de categoria profissional atualmente vigente. Tais inovações, no entanto, foram apresentadas como temas em debate

¹¹ Olson é um estudioso da ação coletiva que analisa o engajamento a partir de uma racionalidade econômica, pautada no cálculo entre custo/benefício. O autor relaciona a ação coletiva à existência de benefícios privados (incentivos à adesão, serviços disponíveis somente para os filiados) e punição para os passageiros clandestinos ou caronistas, isto é, para aqueles que se beneficiam sem contribuir para o resultado da ação.

¹² Por exemplo, a fusão anunciada entre o Sindicato dos Empregados na Indústria Alimentícia de São Paulo e os sindicatos de trabalhadores da área de alimentação de Santos e região, de laticínios e de fumo do Estado. Cf. <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fusao-e-alternativa-encontrada-por-sindicatos-para-sobreviver-a-crise,70002734555>

em algumas direções sindicais, não conformando uma resposta estratégica para enfrentar o quadro atual¹³.

Do ponto de vista político, os entrevistados argumentam que sua principal estratégia é denunciar a Reforma e negar-se a negociar qualquer um de seus aspectos. No entanto, é preciso ir além de uma postura defensiva, é necessário combater ativamente a ideologia e a política neoliberal, que favorecem o individualismo e o imobilismo.

No que se refere à resistência, as centrais sindicais foram apontadas como as principais articuladoras de um posicionamento conjunto, seguidas pela federação e pela confederação. No entanto, as iniciativas mais frequentes são informes e orientações, e não uma mobilização efetiva, por meio de protestos, paralisações e greves. Cumpre notar que a pesquisa foi realizada durante a campanha eleitoral de 2018, num momento de indefinição do quadro político. Naquele momento, prevaleceu o entendimento de que o enfrentamento da Reforma passava pelo engajamento sindical na campanha eleitoral, motivados em eleger uma bancada parlamentar ou apoiar candidaturas presidenciais favoráveis à revogação da Reforma Trabalhista. Porém, diferentemente das eleições de 2010 e, mesmo da de 2014, as centrais se dividiram de modo mais pronunciado em relação às candidaturas apresentadas (KREIN *et al.*, 2017). Esse aspecto chama a atenção já que os sindicalistas atribuíram à situação política as dificuldades de enfrentamento da Reforma Trabalhista.

Por fim, a sobrevivência dos sindicatos está ameaçada por razões de ordem financeira. A contribuição sindical obrigatória caiu 90% entre abril de 2017 e abril de 2018 (DIEESE, 2018), o mesmo se verificando para os doze meses de 2018¹⁴. A queda na arrecadação decorrente do fim da obrigatoriedade do imposto foi de grande magnitude, situação agravada pela desestruturação do mercado de trabalho (desemprego, queda da renda e informalidade) e pela crise econômica. Essas perdas, porém, não decretam o fim dos

¹³ Essas inovações não representam exatamente uma novidade, na medida em que correspondem às respostas encontradas por sindicatos da OCDE para enfrentar a crise do sindicalismo dos anos 1990. Rodrigues (2002) as classifica em respostas coletivas (representação de novos contingentes de trabalhadores, como jovens, mulheres e migrantes), individualistas (oferecimento de serviços) e organizatórias (fusões). Isso indica que os desafios são comuns a diferentes configurações sindicais, que esses desafios se recolocam em diferentes conjunturas político-econômicas e que as alternativas concebidas são parecidas, a despeito das diferenças político-ideológicas entre as organizações que as promovem.

¹⁴ Cf. <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2019/03/05/sindicatos-perdem-90-da-contribuicao-sindical-no-1-ano-da-reforma-trabalhista.htm>

sindicatos: eles continuam a ter um papel fundamental na defesa dos interesses dos trabalhadores, ainda mais num contexto em que seus direitos são vilipendiados.

O sindicalismo em busca de preservação e fortalecimento

A ausência de nitidez sobre uma estratégia sindical que enfrente as mudanças profundas verificadas nas condições e relações de trabalho coloca-se como limitação preponderante nas respostas sindicais à ofensiva liberal-conservadora em curso no Brasil. Com isso, as respostas *ad hoc* prevalecem, restringindo as iniciativas à busca da preservação das estruturas das entidades, sem discutir de modo mais abrangente o papel do movimento sindical na sociedade.

A luta pela sobrevivência requer mudanças organizativas, mas também, e principalmente, políticas, o que requer repensar a questão da representatividade. A alta informalidade que historicamente assola o mercado de trabalho brasileiro faz com que um percentual pequeno de trabalhadores seja representado por sindicatos. Do ponto de vista das relações de trabalho, outro aspecto que compromete a capacidade de representação sindical é a tendência de flexibilização das relações laborais, que é anterior à Reforma e com ela se intensifica, com destaque para o crescimento das contratações atípicas (GALVÃO; KREIN, 2019).

Alguns dirigentes sindicais defendem o fim do imposto sindical justamente por considerar que ele estimula a criação de sindicatos acomodados e sem representatividade. Mas, em sua maior parte, defendem a substituição do imposto por outro tipo de contribuição prevista em lei (como a taxa negocial), o que indica que os sindicatos brasileiros continuam a confiar mais no Estado do que em suas próprias forças. A preservação e o fortalecimento dos sindicatos depende de um trabalho intenso de formação sindical, de construção de laços de solidariedade, de um sentido de unidade e de coletividade que torne os sindicatos mais representativos dos trabalhadores e menos dependentes do Estado.

Considerações finais

A Reforma Trabalhista apresentou novidades e aprofundou tendências já em curso. Sua aplicação integral tem potencial de impactar sobre a independência dos sindicatos,

provocar maior fragmentação das bases sindicais, de esvaziar o papel dos sindicatos nas negociações coletivas e de asfixiar as entidades sindicais financeiramente.

A pesquisa que aqui apresentamos nos permite constatar, embora em caráter exploratório, que as respostas sindicais, num primeiro momento, estão centradas na sustentação financeira das entidades. Mas a sobrevivência dos sindicatos depende também de mudanças políticas e organizativas, as quais não têm ganhado, por enquanto, maior prioridade, conformando um paradoxo: há uma transição em curso na forma de sustentação financeira das entidades sindicais sem que exista, no entanto, uma estratégia sindical que aponte para uma transição na forma de representar e organizar os trabalhadores. Assim, as repostas configuram-se como reações imediatas às ofensivas patronais e não se relacionam com os desafios mais gerais para a permanência das organizações sindicais.

Conformando um quadro de baixa presença do debate sobre estratégias político-organizativas ou sobre sua revitalização sindical (KREIN; DIAS, 2017), a resistência contra a asfixia das entidades sindicais assume centralidade. Os dados demonstram que ganha importância a mensalidade, seguida da taxa negocial, como instrumento de sustentação financeira dos sindicatos. A resistência também é exercida via negociações coletivas, na tentativa de impedir a inclusão de novas formas de precarização das relações de trabalho formalizadas pela Reforma Trabalhista de novembro 2017.

As medidas atuais, além da própria Reforma Trabalhista, visam alterar ainda mais a correlação de forças que, desde o golpe de 2016, favoreceram uma perspectiva conservadora, neoliberal e retrógrada. Não é apenas um ajuste entre uma nova forma de regulação das relações de trabalho e práticas de empregadores que apontam para a flexibilização e precariedade do trabalho. As medidas tomadas apontam para o maior revés social da história do país. Isto coloca um pesado fardo sobre o sindicalismo, que tem de reagir simultaneamente ao ataque aos direitos dos trabalhadores e às garantias básicas para a ação sindical (VERAS DE OLIVEIRA, 2018).

A despeito das adversidades, cumpre lembrar a importância do sindicato para a proteção do trabalhador, para a garantia e a ampliação de direitos, para a redução das desigualdades, para a democracia. Sabemos que nem todos os sindicatos conseguem alcançar um grau mais efetivo de organização e representação, com as negociações coletivas indo além do estabelecido em lei. Mas isso não nega o papel fundamental dos sindicatos.

Cabe aos trabalhadores dinamizá-los. E as dificuldades, paradoxalmente, podem oferecer essa oportunidade.

Referências

DIEESE. **Subsídios para o debate sobre a questão do financiamento sindical**. Nota Técnica n. 200, novembro 2018.

DIEESE/CUT. **Acompanhamento das negociações coletivas pós reforma trabalhista**, 2018.

DIEESE. **A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. Nota Técnica n. 178, maio 2017.

GALVÃO, Andréia; TEIXEIRA, Marilane. Flexibilização na lei e na prática: o impacto da reforma trabalhista sobre o movimento sindical. In: KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018, p. 155-181.

GALVÃO, KREIN, BIAVASCHI e TEIXEIRA (org.) Dossiê Reforma Trabalhista. In: Teixeira et al. (org.) **Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista**. Campinas: Unicamp/Cesit, 2017. Também disponível em: <http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/06/Dossie-14set2017.pdf>

GALVÃO, Andréia. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GALVÃO, Andréia; KREIN, José Dari. Dilemas da representação e atuação sindical dos trabalhadores precários. In: Iram Jácome Rodrigues (org), **Trabalho e ação coletiva no Brasil: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018)**. São Paulo: Annablume, 2019. pp.203-233.

GAMBIER, André; MOURA, Ana Carolina. **Diferenças de remuneração entre trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados**: evidências sobre o mercado de trabalho brasileiro. IPEA, Texto para Discussão 2323, 2017.

KREIN, José Dari, **As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil**, São Paulo, LTr, 2013.

KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula; LEMOS, Patrícia R.; DIAS, Hugo R. As reformas regressivas no Brasil e o posicionamento das Centrais Sindicais. In: **Anais do Congresso da Latin American Studies Association**, Lima: 2017.

KREIN, José Dari ; DIAS, Hugo. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. **Revista Ciências do Trabalho**, n.8, 2017.

KREIN, D.; GIMENEZ, D.; SANTOS, A. **Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajá, 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Nota Técnica n. 02**, de 26 de outubro de 2018.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 2011.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo, SP: USP/FAPESP, 2002. p. 273-305.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Brazilian Labour Reform in Historical Perspective. **Global Labour Journal**, 9(3), 2018.

Dados dos autores

Roberto Vêras de Oliveira

Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba - UFPB no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do qual foi coordenador entre 2013 e 2015. Professor permanente, no PPGde Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: roberto.veras.2002@gmail.com

Andreia Galvão

Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP -2003). Professora do Departamento de Ciência Política da Unicamp. E-mail: agalvao@unicamp.br

Anderson Campos

Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pelo (CESIT-UNICAMP). Assessor político - Partido dos Trabalhadores. E-mail: andersoncampos13@gmail.com